
Entre imagens, ações e imaginações geográficas

Mudanças editoriais e temas do número

Rafael Augusto Andrade Gomes



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/3477>

DOI: [10.4000/terrabrasilis.3477](https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.3477)

ISSN: 2316-7793

Editora:

Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Refêrencia eletrónica

Rafael Augusto Andrade Gomes, « Entre imagens, ações e imaginações geográficas », *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 11 | 2019, posto online no dia 31 agosto 2019, consultado o 24 setembro 2020.

URL : <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/3477> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.3477>

Este documento foi criado de forma automática no dia 24 setembro 2020.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Entre imagens, ações e imaginações geográficas

Mudanças editoriais e temas do número

Rafael Augusto Andrade Gomes

- 1 Dezenove anos separam a publicação de abertura da *Terra Brasilis* – ainda em sua série inicial, entre 2000 e 2007 – deste número. Desde 2000, inúmeras pessoas, espalhadas por instituições de todo o Brasil (às vezes, até de fora dele), dedicaram-se à organização, edição e apresentação das matérias contidas na revista. Entre essas pessoas, que se imbuíram num determinado momento com a criação ou o aperfeiçoamento de um ambiente de debates para a história da geografia e a geografia histórica, há algumas que ainda permanecem associadas à *Terra Brasilis* e aquelas que direcionaram suas trajetórias para outros sentidos. Na história de um periódico científico, tal como na de qualquer espaço institucional minimamente estável, as pessoas passam e as estruturas gerais permanecem. Há, com efeito, na história da *Terra Brasilis*, marcas deixadas por um sem-número de pessoas, para as quais registramos nossos agradecimentos. Qualquer tentativa de nominá-las seria limitada e, por isso, vã.
- 2 Reconhecidos, ainda que bastante parcialmente, os débitos com o passado da publicação, ora se impõe a tarefa de apresentar as mudanças organizativas ocorridas na *Terra Brasilis* desde dezembro de 2018 – quando da Plenária da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica (Rede Brasilis) no município de Viçosa, nas dependências da Universidade Federal de Viçosa (UFV), por ocasião do V Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico (ENHPG) e III Encontro Nacional de Geografia Histórica (ENGH). Começamos com a estrutura editorial. Com incumbências particulares, a editoria da *Terra Brasilis* está dividida em três grupos: 1) editoria científica; 2) editoria adjunta; 3) editoria de seção.
- 3 A editoria científica atualmente é composta por Sergio Nunes Pereira, Rita de Cássia Martins de Souza, David Ramírez Palacios e Breno Viotto Pedrosa; enquanto os três primeiros são remanescentes da estrutura editorial anterior, o último é um novo membro. Com o remanejamento de David Palacios para a editoria científica, as funções executivas da editoria adjunta foram assumidas por Rafael Gomes, que havia

desempenhado as funções de editor convidado na *Terra Brasilis* 10 (2018). Para além das editorias gerais da revista, a científica e a adjunta, foram criadas as seguintes editorias para três seções da *Terra Brasilis*, com a respectiva dupla de editores ou editoras: 1) documentos, mapas e imagens: André Reyes Novaes e Leticia Parente Ribeiro; 2) clássicos e textos de referência: Larissa Lira e Paulo Bomfim; 3) trajetórias de geógraf@s: Mariana Lamego e Perla Zusman.

- 4 Em sua forma corrente, a *Terra Brasilis* comporta as seções subsequentes: dossiês temáticos; artigos; documentos, mapas e imagens; notas de pesquisa; clássicos e textos de referência; trajetórias de geógraf@s; resenhas; notícias. Com exceção dos “dossiês temáticos”, que geralmente são propostos por membros da Rede Brasilis ou organizados a partir de chamadas de artigos, a *Terra Brasilis* recebe trabalhos para todas as seções em fluxo contínuo no e-mail <terrabrasilis@redebrasilis.net>. No início do ano de 2019, tanto as seções com editorias específicas quanto as demais tiveram suas políticas de publicação reorientadas pelo novo corpo de editores e editoras. O detalhamento das políticas de seção da revista está disponível no sítio eletrônico da *Terra Brasilis* (<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/>), bem como quaisquer outras diretrizes relativas ao preparo e envio dos manuscritos para avaliação por membros do Conselho Consultivo. Também na aurora de 2019, houve uma ampliação do Conselho Consultivo, que manteve seu abrangente caráter internacional, cujos pesquisadores atuam em universidades do Brasil e de outros países da América Latina e da Europa e nos Estados Unidos.
- 5 Esboçadas as mudanças editoriais da *Terra Brasilis* no último semestre, que pouco podem interessar ao leitor casual, mas são relevantes como registro histórico e canal de divulgação das atividades editoriais, passemos aos esclarecimentos acerca do conteúdo e da organização do presente número da revista. Antes disso, no entanto, faz-se premente uma apresentação breve dos objetivos e limites deste editorial. Vale ressaltar que não caberá a este texto o aprofundamento de hipóteses aventadas em suas linhas; contaremos com a generosidade do leitor, que, ao se sentir interpelado por alguma afirmação, elaborará suas críticas, contestará nossa posição e apresentará suas alternativas a ela. Os objetivos que limitam este editorial são mais modestos. O primeiro deles é apresentar, com a estreiteza descritiva permitida num editorial, o conteúdo dos textos. Em segundo lugar, e não menos relevante que o primeiro objetivo, nossa tarefa será a de compor um quadro geral que dê coerência à reunião de textos com temas, objetos, períodos e métodos tão variados.
- 6 A *Terra Brasilis* 11 apresenta ao leitor quinze contribuições, distribuídas da seguinte maneira entre seis seções da revista: 1) dossiê temático (cinco textos); 2) artigos (cinco textos); 3) documentos, mapas e imagens (um texto); 4) clássicos e textos de referência (dois textos); 5) nota de pesquisa (um texto); 6) resenha (um texto). Como em números anteriores da *Terra Brasilis*, para cada texto da seção “Clássicos e textos de referência”, haverá uma apresentação do autor ou comentário sobre o texto publicado. Em caso de republicações, um editor se responsabilizará por apresentar um panorama biobibliográfico do autor, e, especificamente nas traduções, o tradutor ficará responsável por apresentar um comentário sobre o texto. Decerto, a pertinência, tanto das traduções quanto das republicações, é aprovada por membros do Comitê Editorial e do Conselho Consultivo ou de pareceristas *ad hoc* antes mesmo de figurarem no sumário da revista.

- 7 Mais uma vez, divido em iguais condições a direção da *Terra Brasilis* com Sergio Nunes, a quem não me canso de agradecer a generosa e sóbria mentoria nas atividades editoriais. Sinto-me em débito também com Breno Viotto Pedrosa e David Ramírez Palacios, ambos editores científicos, que deliberavam sobre outros assuntos da *Terra Brasilis* enquanto nós nos dedicávamos quase integralmente à presente edição da revista. Meus agradecimentos a David Palacios e Daniel Dutra (Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro) pelas traduções em espanhol, inglês e francês de alguns dos resumos dos artigos constantes no número. Finalmente, um agradecimento àqueles e àquelas que colaboraram e confiaram alguns produtos de suas pesquisas à avaliação e edição pelos membros do corpo editorial e do Conselho Consultivo da *Terra Brasilis*. Vejamos, enfim, as matérias da *Terra Brasilis* 11.
- 8 Sergio Nunes e Moema Vergara foram os idealizadores do dossiê “Mapas e mapeamentos: conhecer, apresentar e agir”. Coube a ambos, em reuniões periódicas com integrantes e colaboradores do Projeto “Território, Ciência e Nação (1870-1930)”, sediado no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), a orientação dos artigos que compõem o referido dossiê. Deve ser dito que, mesmo com a participação de ambos na organização geral dos trabalhos que deram ensejo à elaboração do dossiê, a responsabilidade pelo conteúdo dos textos permanece dos autores e de forma alguma deverá ser transferida aos organizadores. O projeto, criado em 2008 no MAST, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), é coordenado por Moema Vergara e congrega pesquisadores de diversas instituições brasileiras, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).
- 9 Uma característica marcante do projeto “Território, Ciência e Nação (1870-1930)”, e que agrega sentido à sua própria existência nos limites do MAST, é a análise das associações entre os diversos atores (pessoas, instrumentos científicos, imagens, instituições) que fomentaram o mapeamento, o conhecimento e definição do território brasileiro, tanto em suas demarcações internas quanto naquelas concernentes aos limites internacionais, no período compreendido entre os anos de 1870 e 1930. Das pesquisas astronômicas e geodésicas no Império do Brasil a partir de meados do século XIX às atividades demarcatórias do Serviço Geográfico do Exército, criado na Primeira República em 1890, concentram-se os esforços de pesquisa da coordenadora Moema Vergara e da rede de pesquisadores organizada pelo projeto. Em última análise, valendo-se dos documentos depositados no crescente Arquivo de História da Ciência do MAST e de objetos científicos diversos que também fazem parte do acervo do Museu, os integrantes do projeto mobilizam frequentemente imagens e instrumentos científicos para compor suas análises acerca do mapeamento e demarcação do território brasileiro.
- 10 No livro *Quadros Geográficos* (Gomes, 2017), um importante capítulo contém propostas de definição para as expressões “imaginário geográfico” e “imaginação geográfica”. Embora sobretudo a segunda expressão seja utilizada com frequência na literatura geográfica de língua inglesa, a imaginação geográfica (*geographical imagination*) se configura, por vezes, como uma noção de múltiplos significados e aplicações (Cosgrove, 1979; Norton, 1989; Harvey, 1990; Daniels, 1992; Matless, 1992; Daniels, 2011). Em seu livro, Gomes (2017) ressalta que a imaginação geográfica “parece ser provocada pelo

uso inteligente das imagens, aquilo que chamamos de quadro geográfico” (p. 140) – sendo os quadros geográficos instrumentos, gráficos ou textuais, que possibilitam a organização das informações em um sistema pautado na localização, posição e situação dos fenômenos investigados. Os textos do dossiê “Mapas e mapeamentos: conhecer, apresentar e agir”, segundo nossa leitura de Gomes (2017), podem ser interpretados como produtos da imaginação geográfica. Vejamos como isso acontece em cada caso.

- 11 Ao lermos pela primeira vez o texto de Carla Lois, não podemos deixar de nos surpreender com a originalidade da sua argumentação e das fontes utilizadas. Em paralelo a outros geógrafos, como Gomes (2017), em seu já citado livro, e Gunnar Olsson (2007), Carla Lois analisa o pensamento espacial expresso pelos mapas alegóricos e satíricos como uma forma de cognição¹ – em outras palavras, como uma forma autônoma de pensar e estruturar o pensamento (Gomes, 2017). Ora, mais do que simplesmente um ornamento para crítica e propaganda políticas, a autora demonstra como a apropriação do *cartográfico* – na criação de mapas satíricos e alegóricos – torna flagrante a relevância da dimensão espacial na organização do pensamento sobre o mundo. Os mapas alegóricos e satíricos funcionam, na leitura de Carla Lois, como verdadeiras *metáforas cartográficas*; nessa interpretação, tais mapas possibilitam, a um só tempo, a espacialização de um pensamento e um meio de visualizá-lo.
- 12 As imagens, ou inscrições, como as chamaria Bruno Latour (1987), estão imersas em um mar de controvérsias. A ciência, observa Bruno Latour (1987), tal como o mitológico Jano, possui pelo menos duas faces: “uma das caixas-pretas e outra das controvérsias em aberto (...) ‘ciência em construção’, a da direita; ‘ciência pronta’ ou ‘ciência acabada’, a da esquerda” (Latour, 2000: 16). Ao optarmos pelo estudo da face direita de Jano, a da ciência em construção, seremos necessariamente levados às controvérsias, ou seja, aos debates sobre a feitura de um artefato tecnocientífico que ainda não produziram consenso. É exatamente esse o percurso de Rildo Duarte em seu artigo: partir da imagem feita, o *Mappa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil*, demandado para a Exposição Nacional de 1908,² em direção aos embates entre engenheiros do Clube de Engenharia e da Repartição Geral dos Telégrafos sobre os métodos de mapeamento. Segundo o autor, o dissenso acerca da velocidade e dos métodos de mapeamento perpassava, além da técnica em si, a maneira como tais grupos de engenheiros mobilizavam concepções de território, ciência e nação para justificar a produção dos mapas.
- 13 O mapeamento do território brasileiro no início do século XX e as controvérsias que o encerram, segundo Rildo Duarte, estavam diretamente vinculados à promoção da expansão das relações capitalistas de produção no Brasil – os mapas que apresentavam o território, portanto, deveriam servir também à polarização dos investimentos e aos projetos de colonização. Tal interpretação se aproxima daquela do artigo de Bruno Capilé, que elabora uma cartobibliografia urbana do Rio de Janeiro no século XIX. Com base em uma substantiva sequência histórica de mapas urbanos – do Rio de Janeiro no século XIX –, Capilé associa o desaparecimento paulatino dos ecossistemas alagados nesses mapas aos ideais de progresso e civilização que orientaram a idealização da cidade moderna no mundo ocidental.
- 14 Uma das críticas correntes à proposta de Latour (1987) para a análise da ciência é a de que, ao enfatizar o papel dos centros de cálculo como aglutinadores dos recursos tecnocientíficos, o autor reforça a importância dos grandes centros científicos europeus em detrimento dos lugares nos quais a ciência é feita. Restaria, assim, a análise do

conhecimento produzido nos lugares de encontro, nas “zonas de contato” (Pratt, 1992) entre colonizadores e colonizados. É a um lugar de encontro que se dedica a discussão apresentada por Sabina Luz: o Alto Rio Javari (antigo Javary). O encontro entre os integrantes da “Comissão Mista de Limites entre o Brasil e o Peru” e as populações indígenas do Alto Rio Javari, na interpretação de Sabina Luz, assume diferentes contornos: às vezes, conflituosos, outras vezes, colaborativos.

- 15 Para Roberts (2009), sem desconsiderar as histórias locais de uso e interpretação do conhecimento científico, há a necessidade de uma abordagem que leve em conta a circulação como um fluxo contínuo e não como na abordagem de Latour (1987), em um percurso de ida e volta dos centros às periferias. Além de assumir uma suposta superioridade do conhecimento ocidental, esses caminhos globais de ida e volta dão pouca atenção aos circuitos, trocas e “zonas de contato” (Pratt, 1992) em diversas escalas que conformam o desenvolvimento científico e tecnológico. Ainda que haja uma assimetria nas negociações, a pressuposição de que os nativos ajam como meros informantes aos centros de cálculo, como no exemplo das missões francesas de reconhecimento às ilhas do Pacífico utilizada por Latour (2015), serve para reforçar a unidirecionalidade da transmissão de conhecimentos de acordo com os binários centro-periferia e metrópole-colônia. Sustentar tal unidirecionalidade significa reproduzir que a ciência é puramente ocidental e não fruto de cruzamentos, conexões, adaptações e negociações entre atores em diferentes escalas (Raj 2007, 2015).
- 16 O texto de Daniel Dutra é exemplar, nos métodos empregados, da perspectiva circulatória do conhecimento segundo definição de Kapil Raj (2007, 2015). A partir de uma análise dos usos e da produção de mapas nas expedições e estações navais da Marinha Francesa (c. 1815-1840), Dutra apresenta a potência do conceito de circulação, tal como concebido por Raj (2007, 2015), para a história das ciências. Seu texto persegue os objetos, mapas e outras publicações que os acompanhavam, desde sua aquisição em terra firme, passando por seu uso nas estações navais, até os circuitos editoriais posteriores ao desembarque. Como lócus de práticas científicas, as estações navais constituem-se como lugares centrais para a articulação científica da geografia francesa da primeira metade do século XIX.
- 17 O texto de abertura da seção de artigos gerais foi escrito por Carmen Aparicio e José Izquierdo Misiego. Os autores elaboraram uma análise do “Egerton MS 1513”, um conjunto de mapas catalogado como *Livre de la marine de Pilote Pastoret l’an 1587* na *British Library*, em Londres. Segundo a interpretação de Aparicio e Misiego, que compararam o conteúdo iconográfico do Egerton MS 1513 com fontes visuais do século XVI, suas semelhanças formais e estilísticas com outros mapas (sobretudo da Escola de Dieppe) funcionam como um argumento para a revisão de sua data de elaboração. Os limites entre arte e cartografia, pinturas e mapas, não eram definidos no século XVI da mesma maneira que hoje o são; tal fator é um ingrediente a mais para tornar as conclusões de Aparicio e Misiego tão ousadas quanto instigantes.
- 18 Em seguida ao texto de Carmen Aparicio e José Izquierdo Misiego, Claudia Troncoso propõe uma interpretação das mudanças históricas sofridas pela Quebrada de Humahuaca (noroeste da Argentina) como lugar turístico. Segundo a autora, sua proposta pretende se diferenciar de grande parte dos estudos em geografia do turismo, que, ao atribuírem demasiada atenção ao deslocamento em direção aos destinos e atrativos turísticos, condenam os lugares turísticos à imobilidade. Qual a história do lugar turístico? Como o movimento *no* próprio lugar contribui para a sua constituição

como destino turístico? Como foi, historicamente, transitar pela Quebrada de Humahuaca? Como o modo (andando, carro, ferrovia, entre outros) e os itinerários de deslocamento influíram na constituição de Humahuaca como um lugar turístico?

- 19 A partir da análise de fontes diversas, desde a literatura dos viajantes até comentários em sites de viagem e informativos turísticos utilizados atualmente, Troncoso indica a existência de *coreografias do turismo*: a mobilidade no destino é marcada por ritmos, lugares de parada, trajetórias e pausas. Tais variáveis, em conjunto, definem formas diferenciadas de experimentar e criar imagens do destino turístico. Mais que destinos em movimento, tem-se imagens em movimento. Segundo a autora, a construção do lugar turístico também se dá pela fixação de olhares, pontos de vista privilegiados na construção de um sentido de lugar (*sense of place*). Diante da impossibilidade de percorrer todo o lugar turístico, os itinerários, os pontos de observação fixados pela fotografia e filmagem e os dispositivos de observação (mapas, placas, lunetas) participam da constituição do destino turístico como um lugar carregado de história e significado.
- 20 “Alguns tipos de textos são como imagens? Quais tipos e por quais instrumentos esse objetivo poderia ser atingido?” (Gomes, 2017: 109). A contribuição de Matheus Bartholomeu, que demonstra a vitalidade de uma abordagem histórico-materialista na investigação de fenômenos geográficos do passado, parece ser uma resposta às interrogações de Gomes (2017) sobre o potencial descritivo dos textos e da textualidade. Se as imagens, concebidas estritamente como grafismos, não são abundantes no artigo de Matheus Bartholomeu, é inegável a capacidade de seu texto de “produzir uma imagem na mente do leitor” (Gomes, 2017: 119). Ao percorrermos as linhas do texto, entremeadas por referências a estudos clássicos de Pierre Deffontaines (1894-1978), Francis Ruellan (1894-1975) e Alberto Lamego (1896-1985), é flagrante a capacidade do autor de criar verdadeiras imagens mentais da constituição histórica do eixo urbano entre Petrópolis (Rio de Janeiro) e Juiz de Fora (Minas Gerais), cujo impulso inicial foi dado pela inauguração da Estrada União e Indústria no ano de 1861.
- 21 A relação entre texto e imagem persiste na contribuição de Felipe Cavalcanti, que, ao contestar a interpretação “desgeografizada” dos críticos literários sobre o Manifesto Pau-Brasil (1924) e o Manifesto Antropófago (1928), investiga o estatuto da *imaginação geográfica*³ no “projeto antropofágico” de Oswald de Andrade (1890-1954). Para o autor, a imaginação geográfica é central na solução proposta por Oswald de Andrade ao problema da influência estrangeira colocado pela vanguarda brasileira – que era, concomitantemente, nacionalista e cosmopolita (Perrone-Moisés, 1997). Ao ecoar o amplo sentido que foi dado ao termo “pensamento geográfico” por Derek Gregory (1994) e Antonio Carlos Robert Moraes (2002), Cavalcanti ressalta o papel da geografia na interpretação dada ao Brasil e à identidade brasileira nos manifestos modernistas escritos por Oswald de Andrade. O autor, aliás, reconhece na “escola” e na “floresta”, uma das díades geográficas formadoras da identidade brasileira tal como apresentada por Oswald de Andrade nos manifestos da década de 1920.
- 22 Como não nos deixam esquecer Claval (2010), Claval e Singaravélou (1995) e Gomes (2017), a forma geográfica de pensar não é propriedade exclusiva dos geógrafos ou da orientação científica. Se, por um lado, Felipe Cavalcanti enfatizou a necessidade da análise do pensamento geográfico em outras esferas da produção de imagens do mundo, como a literária, isso não quer dizer que a história disciplinar e institucional da geografia não mereça atenção. No texto de Gonzalo Lus Bietti, podemos acompanhar a

inserção de Camille Vallaux (1870-1945) e de sua obra, sobretudo o livro *Les Sciences Géographiques* (Vallaux, 1925), nas controvérsias epistêmico-institucionais da geografia com a morfologia social na França dos anos iniciais do século XX. Com frequência, as análises de obras e trajetórias intelectuais de geógrafos são elaboradas a partir da ideia de que o processo criativo é autônomo da existência social e da inserção institucional do indivíduo em tela. Em contraste com tal enfoque, o texto de Lus Bietti conecta a originalidade da obra de Camille Vallaux ao quadro de disputa epistemológica e institucional entre geografia e sociologia francesas.

- 23 Na seção Documentos, mapas e imagens, Moema Vergara se reúne com outros dois pesquisadores, Rundsthen Nader e Claudio João Barreto dos Santos, para analisar o documento *A Carta do Brasil: projecto elaborado no Estado Maior do Exército* (1901). Com base em uma análise dos pareceres e das controvérsias que cercaram o projeto da carta, os autores pontuam os descompassos entre os métodos de mapeamento e as características do território brasileiro – o que, segundo os autores, contribuiu para que o projeto não saísse do papel. Mais uma vez, como nos textos de Rildo Duarte, Daniel Dutra e Bruno Capilé, o mapeamento e os métodos para sua execução são apresentados a partir das disputas entre os atores envolvidos na produção cartográfica. A criação de imagens sobre o mundo, portanto, não está imune às tensões e disputas que a acompanham.
- 24 A seção Clássicos e textos de referência da *Terra Brasilis* 11 contém uma republicação e uma tradução. Por que deveríamos ler ou reler tais textos? Certamente, os leitores irão levantar essa questão. Não haverá, neste editorial, uma resposta unívoca a tal questionamento. No entanto, o aspecto convergente entre os dois textos, os vínculos entre colonialidade e saber, é um ponto frutífero para iniciarmos nossa justificativa. Nas linhas que seguem, terei mais argumentos a apresentar sobre essa afirmação. Em 1991, Sílvia Figueirôa apresentou, no texto ora republicado, uma discussão metodológica sobre a investigação histórica de instituições científicas. A autora elabora um estudo sobre a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, doravante CGG, para sustentar tal proposta teórico-metodológica.
- 25 Esse estudo de Sílvia Figueirôa (1991), em termos temáticos, está próximo daquele desenvolvido em sua dissertação de mestrado, intitulada “Modernos bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931)” (Figueirôa, 1987). Dois anos antes da defesa da referida dissertação, em 1985, a autora coordenou uma publicação especial do Instituto Geológico em comemoração ao centenário da criação da CGG de São Paulo (Figueirôa, 1985). Por não se tratar de uma comemoração laudatória, mas de “uma tentativa de resgatar, segundo uma perspectiva e metodologia históricas, um pouco desse passado [da CGG], dos caminhos e descaminhos da Comissão e, em especial, de um dos seus ramos de atuação, isto é, a Geografia e a Geologia” (Figueirôa, 1985: 1), seu primeiro capítulo antecipa em diversos aspectos as análises contidas em Figueirôa (1991).
- 26 Com o trabalho publicado no início dos anos 1990, Figueirôa (1991) “não pretendeu inovar em relação às fontes utilizadas, mas sim ao nível do tratamento analítico dado a elas” (p. 253). Mais do que resultante apenas da dissertação de mestrado da autora (Figueirôa, 1987), propomos a leitura de Figueirôa (1991) como um *intermezzo* em sua trajetória de pesquisa:⁴ 1) de um lado, é um texto flagrante dos estudos de avaliação institucional (Figueirôa 1985, 1987), em continuidade à tradição de pesquisas de Maria Amélia Dantes, orientadora de Sílvia Figueirôa; 2) e, por outro lado, é sintomático da

recepção da autora às abordagens críticas e revisionistas da historiografia das ciências latino-americana (e, em alguns casos, também ibero-americana) (Figueirôa, 1997).

- 27 Quatro anos depois, em seu livro “As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934”, Figueirôa aprofunda o debate sobre a institucionalização das ciências geológicas no Brasil desde fins do século XIX até 1934 e questiona: “em que medida é possível falar-se em ciência e ciências geológicas no Brasil nesse amplo período histórico?” (Figueirôa, 1997: 15). Parcela significativa da historiografia das ciências à época, segundo a autora, baseava-se na “ideia do atraso científico brasileiro” (Figueirôa, 1997: 16). No entanto, Figueirôa (1997) apresenta uma historiografia crítica à ideia de que a ciência nos países latino-americanos, ou ibero-americanos, encontra-se atrasada quando comparada à ciência hegemônica dos grandes centros europeus. Alguns dos trabalhos dessa historiografia das ciências, sensível às bases epistemológicas, metodológicas e ideológicas da produção científica da América Latina, foram publicados no periódico *Quipu*, *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología*,⁵ criado e editado desde 1984 por Juan José Saldaña.⁶
- 28 Em sequência à criação do *Quipu*, Juan José Saldaña também editou a coleção dos *Cuadernos de Quipu*, publicação paralela ao periódico *Quipu*. Os textos do primeiro volume dos *Cuadernos de Quipu*, elaborados em decorrência do XI Congresso Interamericano de Filosofia – Simpósio História e Filosofia da Ciência na América, em novembro de 1985 na Universidade de Guadalajara, discutiam a especificidade da ciência americana e do estudo de sua história e filosofia. Um dos temas centrais do primeiro número dos *Cuadernos de Quipu* (1985), parafraseando um conhecido trecho de Saldaña (1986: 61), é o seguinte: há uma história da prática científica da América Latina ou uma história da ciência europeia na América Latina? Segundo alguns autores (Lafuente, 1986; Polanco; 1986; Saldaña, 1986), a história das ciências, tal como fora praticada até o final dos anos 1970, consistia em interpretar a ciência latino-americana a partir de conceitos e metodologias elaborados nos “centros científicos dos países desenvolvidos” (Polanco, 1986: 46).
- 29 O principal foco crítico dos artigos do periódico *Quipu* é uma concepção ficcional de “ciência universal”, que, para Polanco (1986), reside na hipótese de uma ciência “sem contexto e que flutua no éter das ideias” e “na crença de um espírito científico transcendental” (p. 41). Como alternativa a tal concepção, Polanco (1986) propõe a “ecologia da ciência”, ou seja, o estudo da ciência “em suas relações com o meio [cultural, social e econômico] no qual ela se desenvolve” (p. 41). Em última análise, o modelo ecológico proposto por Polanco (1986) é construído como uma alternativa, sobretudo, ao modelo difusionista da ciência apresentado por George Basalla (1928-presente) quase duas décadas antes (Basalla, 1967). Em *The Spread of Modern Science*, Basalla (1967) se propõe a investigar os mecanismos históricos de transferência da ciência e tecnologia da Europa Ocidental, desenvolvidas a partir do século XVII, aos demais países a partir de um modelo de três fases: 1) a expansão da ciência europeia ocidental para sociedades não-científicas; 2) a ciência colonial correspondente ao enraizamento da ciência europeia em sociedades não-europeias; 3) esforços para criar uma tradição científica independente.
- 30 No texto “A Educação dos nativos” (*L'éducation des indigènes*), transcrição de uma conferência proferida por Paul Vidal de la Blache (1845-1918) na *Union Coloniale Française* em 1908, traduzido por Guilherme Ribeiro, reconhece-se a segunda etapa do modelo de Basalla (1967): estabelecimento da ciência europeia em território colonial

através de instituições educacionais. Nesse texto, Vidal de la Blache apresenta um panorama da abrangência das ações do Império colonial francês para a educação, sobretudo a básica, dos nativos nas colônias. Sob tal ponto de vista, a relevância da educação dos nativos não se resume ao interesse altruísta de professores e missionários, mas é parte central da política colonial francesa da virada do século XIX para o XX.

- 31 Para Polanco (1986) e Figueirôa (1997), a principal fragilidade do modelo de Basalla (1967) consiste em sua linearidade, como se a passagem entre uma fase e outra acontecesse fora do “sistema internacional de conhecimento”. No texto de Polanco (1986), o referido sistema é descrito como uma estrutura assimétrica (e, portanto, desigual) na qual estão distribuídos diferenciadamente entre os países os recursos tecnológicos e científicos – número de cientistas por habitante, total de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, entre outros recursos necessários ao funcionamento das atividades científicas. A polarização da ciência nos países desenvolvidos, que concentram grande parte dos recursos científicos e tecnológicos, escreve Polanco (1986), orientaria o foco das atividades científicas tendo em vista os objetivos de tais países – desenvolvidos e industrializados.⁷
- 32 Outros modelos de interpretação da transferência, deslocamento ou mundialização da ciência europeia foram elaborados ao longo dos anos 1980 (Polanco, 1985; Inkster, 1985; Lafuente & Sala Catalá, 1989). Quaisquer sejam as classificações adotadas para a interpretação da propagação espaço-temporal da ciência europeia, importa-nos reter, para os objetivos desta apresentação, que os estudos de institucionalização científica elaborados por Figueirôa (1991; 1997) estão inscritos num amplo quadro crítico dos modelos eurocêntricos de difusão da ciência. Bruno Latour (1987), ao estabelecer uma distinção entre modelos de difusão e de tradução na análise da propagação espaço-temporal dos objetos e alegações da tecnociência, ressalta que o modelo de difusão pressupõe um trajeto ideal pelo qual objetos e crenças são passados adiante na constituição da tecnociência. Assim, quando objetos e crenças não se difundem de acordo com o “caminho esperado”, os difusionistas acrescentam ao quadro explicativo os fatores sociais como responsáveis pelos percalços no caminho edênico da ciência moderna e de seu *ethos*.⁸
- 33 A historiografia que apregoa o atraso científico dos países com passado colonial é constituída a partir de duas rubricas: i) imagem pura da ciência constituída a partir da Renascença; ii) condições desfavoráveis ao “desenvolvimento normal” da ciência. A conclusão é que, a partir da análise desses dois aspectos pretensamente inquestionáveis, algumas das causas da demora da penetração do espírito crítico no Brasil e em outros países latino-americanos poderiam ser explicadas. Não por acaso, ao questionar sobre a possibilidade de falarmos em ciências geológicas no Brasil do final do século XIX até o fim da Primeira República, Figueirôa (1997) reconhece a necessidade de abandonar a imagem idealizada da ciência universal⁹ – como epistemologicamente superior às demais formas de conhecimento – e buscar alternativas metodológicas à escrita de histórias que não se baseiem em imagens essencialistas das ciências.
- 34 Desde pelo menos Michel Foucault (1926-1984), passando por Edward Said (1935-2003), Steven Shapin (1943-presente), Donna Haraway (1944-presente) e Bruno Latour (1947-presente), o caráter situacional e localizado dos conhecimentos coloca-se explicitamente como preocupação de historiadores e sociólogos das ciências. Até agora, a partir do texto de Figueirôa (1991), duas formas de *localizar* o conhecimento foram

mencionadas: 1) as instituições no marco da política do Estado-Nação, brasileiro ou colombiano; 2) a América Latina como uma região homogênea do continente entre os historiadores associados ao periódico *Quipu*. Do ponto de vista do Estado-Nação, por mais que alguns autores constatem a existência de estilos nacionais de formas de conhecimento (empirismo inglês, romantismo alemão), pode-se analisar a “nacionalização” consciente da ciência por meio da identificação do marco legal-institucional que regula práticas científicas num território nacional. Com base nos rótulos nacionais atribuídos de forma pouco consciente, a história da geografia fornece exemplos: fala-se frequentemente em geografia inglesa ou geografia francesa, como se esses qualificativos fossem evidentes dos conteúdos da ciência que revestem.

- 35 Ao menos entre alguns historiadores da ciência latino-americana (Polanco, 1986; Lafuente, 1986; Saldaña, 1986), a definição de história das ciências na América Latina se dá em paralelo à história econômica, resultando num modelo historiográfico centro-periferia (ou variações dessa oposição, sintetizadas nos binários nações desenvolvidas/subdesenvolvidas, países colonizadores/colonizados). Um conjunto de insuficiências desse modelo pode ser elencado: a suposição de que o conhecimento se dissemina em mão única; decorrente da primeira, a ilusão de que o conhecimento ocidental é uma forma pura; e a pressuposição de que o conhecimento não se transforma ao circular entre lugares (Raj, 2007; Raj, 2015). O desafio, parece-nos, consiste no desenvolvimento de metodologias que captem “a maneira como os eruditos e os objetos científicos e técnicos adquirem a capacidade de intervenção prática sobre o mundo moderno” (Raj, 2007: 179). Devo dizer, declaradamente inspirado em Edward Said (1978), que as identidades performadas em entidades geográficas (Norte, Sul, Ocidente, Oriente) não são fatos inertes da natureza, mas são também construções humanas e a todo momento devemos reexaminá-las.¹⁰ Aqui, vemo-nos em uma contradição semelhante àquela já referida dos modernistas no início do século XX: “os vanguardistas latino-americanos pretenderam realizar a proeza de serem, ao mesmo tempo, nacionalistas e cosmopolitas” (Perrone-Moisés, 1997: 251).
- 36 O ano de 2019 parece ser o ano das efemérides geográficas: 1) 250 anos do nascimento de Alexander von Humboldt (1769-1859); 2) 50 anos do falecimento do geógrafo estadunidense John K. Wright (1891-1969). Essa lista de efemérides está longe de acabar e, justamente a partir de outras duas – o início da viagem de circum-navegação dos exploradores Fernão de Magalhães (1480-1521) e Juan Sebastián Elcano (1526-1526) e a entrada de Fernão Cortez (1485-1547) na capital asteca Tenochtitlán (área ocupada pela atual Cidade do México) em 1519 –, a historiadora Andréa Doré inicia sua resenha do livro de Onetto Pavez (2018). Segundo a leitura de Doré,¹¹ o livro *Historia de um Pasaje-mundo. El estrecho de Magallanes en el siglo de su descubrimiento* (Onetto Pavez, 2018) contém a tese, amplamente documentada com fontes textuais e cartográficas, de que a passagem pelo Estreito de Magalhães teria aberto uma “passagem-mundo” fundadora da mundialização característica do período moderno. Mais que simplesmente representações da realidade, o intento de Onetto Pavez (2018) parece ter sido o de discutir a maneira como as imagens projetaram usos e apropriações do Estreito de Magalhães pela Coroa Hispânica durante o reinado de Carlos V.
- 37 A última contribuição do número, uma nota de pesquisa escrita por Chet van Duzer (*Stanford University*), mantém o foco da resenha de Andréa Doré em termos de documentação e período histórico analisados: mapas e Renascimento. Ao analisar as mudanças iconográficas nos oceanos figurados nos mapas do cartógrafo alemão Martin

Waldseemüller (1475-1522), Chet van Duzer identifica a passagem de uma cultura visual medieval a uma moderna. Enquanto, numa carta Waldseemüller em 1507, os monstros marinhos oriundos de fontes medievais corporificam o perigo e desencorajam a navegação, nove anos depois, outra carta Waldseemüller apresenta um ser humano controlando o monstro marinho e as rotas comerciais através do oceano. O perigo do Oceano Atlântico, segundo van Duzer, converte-se em possibilidade de expansão e aproveitamento comercial.

- 38 Diversas pessoas contribuíram para que mais um número da *Terra Brasilis* fosse publicado. Tanto quanto permitiu a minha capacidade criativa para organizar e sintetizar contribuições tão variadas, às vezes mesmo conflitantes, busquei dar um sentido ao aparente caos de tamanha diversidade temática e teórico-metodológica. Mapas, imaginações e imaginários geográficos, América Latina e colonialismo. O temário da *Terra Brasilis* 11 é vasto, mas seu objetivo, além do propósito geral de manter estabelecido um espaço de divulgação e debate para pesquisadores da história da geografia e da geografia histórica, é modesto: dar um aceno de boas-vindas aos novos editores, aos novos colaboradores e membros do Conselho Consultivo e quiçá também aos novos leitores.

BIBLIOGRAFIA

- Basalla, George (1967). "The Spread of Western Science. A three-stage model describes the introduction of modern science into any non-European nation". *Science*, v. 156, pp. 611-622.
- Claval, Paul (2010). *Terra dos Homens: A Geografia*. São Paulo: Contexto.
- Claval, Paul; Singaravélou (Orgs.) (1995). *Ethnogéographies*. Paris: L'Harmattan.
- Cosgrove, Denis (1979). "John Ruskin and the geographical imagination". *Geographical Review*, v. 69, n. 1, pp. 43-62.
- Daniels, Stephen (1992). "Place and the Geographical Imagination". *Geography*, v. 77, n. 4, pp. 310-322.
- Daniels, Stephen (2011). "Geographical imagination". *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 36, n. 2, pp. 182-187
- Figueirôa, Sílvia (1985). *Um século de pesquisas em Geociências*. 1. ed. São Paulo: Instituto Geológico de São Paulo.
- Figueirôa, Sílvia (1987). *Modernos bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931)*. Dissertação de Mestrado (História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.
- Figueirôa, Sílvia (1991). "Algumas questões metodológicas relativas à história de instituições científicas". In: Zuniga, Angel Ruiz (org.). *Ciencia y tecnología: estudios del pasado y del futuro*. 1. ed. San José: Guayacán, 1991, pp. 143-154.

- Figueirôa, Silvia (1997). *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional. 1875-1934*. 1. ed. São Paulo: Editora Hucitec.
- Gomes, Paulo Cesar da Costa (2017). *Quadros Geográficos: Uma forma de ver, uma forma de pensar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Gregory, Derek (1994). *Geographical Imaginations*. Oxford, UK and Cambridge, MA: Blackwell.
- Haraway, Donna (1995 [1988]). “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, v. 5, pp. 07-41. 1995.
- Harvey, David (1990). “Between Space and Time: Reflections on the Geographical Imagination”. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 80, n. 3, pp. 418-434.
- Inkster, Ian (1985). “Scientific enterprise and the colonial ‘model’: observations on Australian experience in historical context”. *Social Studies of Science*, v. 15, pp. 677-704.
- Lafuente, Antonio (1986). La ciencia periférica y su especialidad historiográfica. *Cuadernos de Quipu*, n. 1, 1986, pp. 31-40.
- Lafuente, Antonio; Sala Catalá, Jose. (1989). “Ciencia colonial y roles profesionales en la América Española del siglo XVIII”. *Quipu*, v. 6, n. 3, pp. 387-403.
- Latour, Bruno (2000). *Ciência em ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP.
- Latour, Bruno (2015). *Cognição e visualização: pensando com os olhos e as mãos*. Terra Brasilis (Nova Série) [Online], v. 4. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1308>>.
- Latour, Bruno (1987). *Science in Action. How to Follow Scientists and Engineers through society*. Massachusetts: Harvard University Press.
- Matless, David (1992). “Regional Surveys and Local Knowledges: The Geographical Imagination on Britain, 1918-39”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 17, n. 4, pp. 464-480.
- Merton, Robert (1968). *Social Theory and Social Structure*. New York: The Free Press.
- Moraes, Antonio Carlos Robert (2002). *Território e História no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Annablume.
- Norton, William (1989). “Human Geography and the Geographical Imagination”. *Journal of Geography*, v. 88, n. 5, pp. 186-192.
- Olsson, Gunnar (2007). *Abysmal: A Critique of Cartographic Reason*. Chicago: The University Chicago Press.
- Onetto Pavez, Mauricio (2018). *História de un Pasaje-mundo. El estrecho de Magallanes en el siglo de su descubrimiento*. Santiago: Universidad Autonomo de Chile; Biblioteca Nacional de Chile; Centro de Investigaciones Diego Barros Arana.
- Perrone-Moisés, Leyla (1997). “Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina”. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 30, pp. 245-259.
- Polanco, Xavier (1985). “Science in the Developing Countries. An epistemological Approach on the Theory of Science in Context”. *Quipu*, v. 2, n. 2, pp. 303-318.
- Polanco, Xavier (1986). La ciencia como ficción. Historia y contexto. *Cuadernos de Quipu*, n. 1, 1986, pp. 41-56.
- Pratt, Mary Louise (1992). *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. New York: Routledge.
- Raj, Kapil (2007). “Conexões, cruzamentos, circulações”. *Cultura*, v. 24, 2007, pp. 155-179.

Raj, Kapil (2015). “Além do Pós-colonialism e...Pós-positivismo: Circulação e História Global da Ciência”. *Revista Maracanan*, n. 13, 2015, pp. 164-175.

Roberts, Lissa (2009). “Situating Science in Global History: Local Exchanges and Networks of Circulation”. *Itinerario*, v. 33, n. 1, 2009, pp. 9-30.

Said, Edward (1978). *Orientalism*. New York: Pantheon.

Saldaña, Juan José (1986). “Marcos conceptuales de la historia de las ciencias en Latinoamérica: Positivismo y economicismo”. *Cuadernos de Quipu*, n. 1, 1986, pp. 57-80

Shapin, Steven (2013). *Nunca Pura*. Estudos Históricos de Ciência como se Fora Produzida por Pessoas com Corpos, Situadas no Tempo, no Espaço, na Cultura e na Sociedade e que se Empenham por Credibilidade e Autoridade. Belo Horizonte, Fino Traço Editora.

Vallaux, Camille (1925). *Les sciences géographiques*. Paris: Alcan.

Wright, John (1942). “Map Makers Are Human: Comments on the Subjective in Maps”. *Geographical Review*, v. 32, n. 4, pp. 527-544.

NOTAS

1. Em texto de publicado nos anos 1940, Wright (1942) reconhece o papel dos mapas na formação da opinião e moral públicas.
2. Exposição Nacional Comemorativa do 1º Centenário da Abertura dos Portos do Brasil. Esta exposição ocorreu no bairro da Urca, Rio de Janeiro, entre 11 de agosto e 15 de novembro de 1908.
3. O sentido de “imaginação geográfica” no artigo de Felipe Cavalcanti não é o mesmo daquele que utilizamos até aqui com base no livro de Gomes (2017).
4. Vide, para mais detalhes sobre a trajetória acadêmica de Silvia Figueirôa, a apresentação escrita por Rafael Gomes também neste número da *Terra Brasilis*.
5. Alguns números do *Quipu* foram digitalizados e estão disponíveis em: < <http://www.revistaquipu.com>>.
6. Professor Titular de História da Ciência e da Tecnologia na *Universidad Nacional Autónoma de México*.
7. Há um paralelo interpretativo entre a leitura de Polanco (1985) – e de outros autores que publicaram no periódico *Quipu* – e o que convencionalmente é chamado de *teoria da dependência*.
8. Uma referência direta ao *ethos* da ciência moderna tal como apresentado por Robert Merton (1968).
9. Conforme destaca Shapin (2013), a pretensão de validade universal do conhecimento científico possui duas características: irrelevância dos lugares físicos e sociais nos quais ocorre a produção do conhecimento e ampliação de seu valor de verdade com base em “descobertas” de aplicabilidade geral. Tais características fundam um tipo de conhecimento que está, simultaneamente, em todo lugar e em lugar nenhum, como no truque da visão de Deus descrito criticamente por Haraway (1995 [1988]).
10. Tal reconhecimento não significa que desconsideremos, por exemplo, as assimetrias de poder inerentes às situações, por vezes violentas, de contato com o outro – tal como no encontro colonial das *zonas de contato* analisadas por Pratt (1992).
11. Andréa Doré (Universidade Federal do Paraná) e Mauricio Onetto Pavez (Universidad Nacional Autónoma de Chile) são colaboradores da Rede Geopolíticas Americanas nos séculos XVI e XVII (GEOPAM), projeto que reúne um grupo de pesquisadores para investigar os sentidos da geopolítica na América no início do período moderno.

AUTOR

RAFAEL AUGUSTO ANDRADE GOMES

Editor Adjunto

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.